

Marcelo Mazzola

**SANÇÕES
PREMIAIS NO
PROCESSO CIVIL:**

**Previsão legal, estipulação convencional
e proposta de sistematização (standards)
para sua fixação judicial**

2022



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Capa: Ana Caquetti

M477s Mazzola, Marcelo.

Sanções premiais no processo civil: previsão legal, estipulação convencional e proposta de sistematização (standards) para sua fixação judicial / Marcelo Mazzola – São Paulo: Editora JusPodivm, 2022.

368 p.

Bibliografia

ISBN 978-65-5680-814-7

1. Direito Processual Civil. I. Mazzola, Marcelo. II. Título.

CDD 341.46

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	23
INTRODUÇÃO.....	27

PARTE I

Capítulo 1

SANÇÃO JURÍDICA.....	33
1.1 ETIMOLOGIA E DEFINIÇÃO	33
1.2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS E EVOLUÇÃO DAS PENAS	35
1.2.1 Dos grupos primitivos às sociedades organizadas: a importância da sanção jurídica como instrumento de direcionamento social....	39
1.3 SANÇÃO, COERÇÃO E COAÇÃO	43
1.4 SANÇÃO JURÍDICA NA VISÃO DE HANS KELSEN: O DIREITO COMO ORDEM COATIVA.....	46
1.5 SANÇÃO JURÍDICA NA VISÃO DE NORBERTO BOBBIO: A FUNÇÃO PROMOCIONAL DO DIREITO.....	49
1.5.1 Influências	50
1.5.2 O pensamento inovador de Norberto Bobbio	55
1.6 SANÇÃO PREMIAL	62
1.6.1 Visão geral e aspectos contemporâneos	62
1.6.2 Ressignificação do conceito de sanção premial	65
1.6.3 Definição.....	75
1.6.4 Críticas à expressão sanção premial.....	76
1.7 RECONHECIMENTO DA SANÇÃO PREMIAL NOS PLANOS LEGAL E JURISPRUDENCIAL	79
1.7.1 Plano legal.....	79
1.7.2 Plano jurisprudencial.....	93

1.8	SANÇÕES PREMIAIS E SACRIFÍCIO À SITUAÇÃO JURÍDICA DE OUTREM	98
1.9	SANÇÕES PREMIAIS E SANÇÕES PUNITIVAS: UMA SIMBIOSE NO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL	99
1.10	DIFERENTES ESPECTROS DE INCIDÊNCIA DAS SANÇÕES PREMIAIS E DAS SANÇÕES PUNITIVAS	102

Capítulo 2

	INTERFACE ENTRE SANÇÕES PREMIAIS E NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL	107
2.1	EFICIÊNCIA PROCESSUAL	109
2.2	DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO	120
2.3	INCENTIVO À AUTOCOMPOSIÇÃO	125
2.4	COOPERAÇÃO	128
2.5	PRIMAZIA DE MÉRITO	130
2.6	BOA-FÉ	132

Capítulo 3

	SANÇÕES PREMIAIS, ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E ECONOMIA COMPORTAMENTAL	137
3.1	APROXIMAÇÃO AO TEMA	137
3.2	ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO	140
3.3	ECONOMIA COMPORTAMENTAL	147
3.4	SANÇÕES PREMIAIS, ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E ECONOMIA COMPORTAMENTAL	155
3.4.1	Análise Econômica do Direito e sanções premiais	155
3.4.2	Economia Comportamental e sanções premiais	160

PARTE II

Capítulo 4

	SANÇÕES PREMIAIS NO PROCESSO CIVIL: PREVISÃO LEGAL	165
4.1	MIRADAS NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL ESTRANGEIRO	165

4.2	SANÇÃO PREMIAL NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO.....	173
4.2.1	Sanções premiais no CPC/73	173
4.2.2	Sanções premiais no CPC/15	177
4.3	PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DAS SANÇÕES PREMIAIS NA SEARA PROCESSUAL CIVIL.....	192
4.4	SUGESTÕES DE <i>LEGE LATA</i> (<i>NUDGES</i> PROCESSUAIS) PARA A MAXIMIZAÇÃO DAS SANÇÕES PREMIAIS E DE <i>LEGE FERENDA</i> PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE NOVOS PRÊMIOS.....	202
4.4.1	Sugestões de <i>lege lata</i>	202
4.4.2	Sugestões de <i>lege ferenda</i>	208

Capítulo 5

	SANÇÕES PREMIAIS E CONVENÇÕES PROCESSUAIS: ESTIPULAÇÃO CONVENCIONAL	213
5.1	AS CONVENÇÕES PROCESSUAIS E O MODELO COOPERATIVO DE PROCESSO.....	215
5.2	CLASSIFICAÇÃO, REQUISITOS E LIMITES DAS CONVENÇÕES PROCESSUAIS ...	218
5.3	CONVENÇÕES PROCESSUAIS E SANÇÕES PREMIAIS	225
5.3.1	Sanções premiais convencionais pré-processuais.....	227
5.3.2	Sanções premiais convencionais incidentais.....	229
5.3.2.1	Sanções premiais convencionais espontâneas.....	231
5.3.2.2	Sanções premiais convencionais estimuladas	234
5.4	PROTOCOLOS INSTITUCIONAIS E SANÇÕES PREMIAIS.....	235

Capítulo 6

	SANÇÕES PREMIAIS ATÍPICAS: PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO PARA A SUA FIXAÇÃO JUDICIAL	239
6.1	APROXIMAÇÃO AO TEMA	240
6.2	ESTADO DA ARTE	242
6.3	SANÇÕES PREMIAIS ATÍPICAS	245
6.3.1	Definição.....	245
6.3.1.1	Sanção premial x atuação premial	246
6.3.2	Natureza jurídica do comando premial judicial.....	247

6.3.3	Necessidade de participação das partes na construção do comando premial?	250
6.4	EMBASAMENTO TEÓRICO-NORMATIVO	252
6.4.1	Normas fundamentais do processo civil e operosidade	252
6.4.2	Influxos da Análise Econômica do Direito e da Economia Comportamental	254
6.4.3	Atipicidade dos meios executivos	256
6.4.4	Análise detida do art. 139, IV, do CPC/15 sob o prisma das medidas indutivas.....	264
6.5	SANÇÕES PREMIAIS E CRIATIVIDADE JUDICIAL: RISCO DE ARBITRARIEDADE?	272
6.6	STANDARDS PARA A FIXAÇÃO DE SANÇÕES PREMIAIS ATÍPICAS: UMA PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO	274
6.6.1	<i>Standards primários</i>	274
6.6.1.1	Não afetação de direito alheio.....	274
6.6.1.2	Vedação à transferência de externalidades ao Judiciário..	278
6.6.1.3	Fundamentação adequada.....	278
6.6.1.4	Proporcionalidade.....	281
6.6.2	<i>Standards secundários</i>	283
6.6.2.1	Simetria de oportunidades	284
6.6.2.2	Divulgação e publicidade.....	285
6.7	MATERIALIZAÇÃO DA HIPÓTESE	286
6.7.1	Sanções premiais atípicas nos processos estruturantes.....	287
6.7.2	Sanções premiais atípicas no cumprimento individual de sentença envolvendo obrigação de fazer, de não fazer e de entregar coisa ...	294
6.7.3	Sanções premiais atípicas nos procedimentos especiais	296
6.8	ANÁLISE DE CASOS CONCRETOS	299
	CONCLUSÃO	305
	REFERÊNCIAS	311
	POSFÁCIO	365